

OS PROCESSOS ENUNCIATIVOS NA ANÁLISE DO DISCURSO E A FORMAÇÃO DO LEITOR

Marcio Rogrio de Oliveira Cano (UFLA)

Luana Nayara Pena (UFLA)

Introdução

Uma das questões ainda bastante problemática no ensino de Língua Portuguesa é a do leitor, em especial, do leitor crítico. Esse tema, em maior ou menor grau, vem sendo abordado nos documentos norteadores da educação, mais precisamente, a partir da década de 90 do século passado, bem como é presença constantes nas pesquisas acadêmicas. No entanto, a ideia de formar um leitor crítico e o seu debate constante também provocam um esvaziamento da noção do que é ser crítico, e por isso, faz-se necessário problematizar do que a criticidade se trata. Uma das possíveis abordagens para tratar do leitor crítico ampara-se na Análise do Discurso, conforme a perspectiva desenvolvida nos trabalhos

do GPLPD, como Cano (2012; 2013, 2016), Pena (2021), Neves (2018), Silva e Cano (2021), entre outros. A partir desses estudos, podemos traçar uma relação entre a Análise do Discurso e a formação do leitor, tendo em vista que a AD, ao fazer uma abordagem crítica da produção discursiva, possibilita categorias e elementos que podem contribuir para a formação do leitor crítico. Para tanto, é necessário tratarmos do que é a Análise do Discurso.

A AD se consolida como uma área multidisciplinar organizada a partir da Linguística. Com contribuições da Psicanálise e do Marxismo, a análise do discurso investiga os efeitos de sentidos produzidos nos discursos, levando em consideração não apenas a materialidade linguística, mas também as questões sociais e históricas marcadas no discurso. Uma das categorias mais exemplares nesse sentido é a condição de produção do discurso, que permite relacionar as condições sócio-históricas do discurso com a sua produção de sentido. O discurso é marcado pela historicidade que constitui os efeitos de sentido. Desse modo, buscamos evidenciar as contribuições da perspectiva da análise do discurso para um leitor crítico.

As condições sócio-históricas de produção do discurso

Na AD, consideramos que o discurso e o sentido não são produzidos em condições neutras ou abstratas. O discurso é marcado pela ideologia e pela historicidade, que os atravessa constantemente. Assim, a categoria de condição de produção do discurso relaciona o sentido dos enunciados com uma ‘situação’ social da qual decorre. Segundo Orlandi (2015), podemos entendê-las em sentido estrito, como o contexto imediato, ou em sentido amplo, como o contexto sócio-histórico e ideológico.

Muitos estudiosos já discorreram a respeito das condições de produção (CP), delimitando e acrescentando diferentes abordagens. Essa categoria é trazida na maioria dos trabalhos da AD como uma etapa de constituição do *corpus*. Conforme Dubois (1969a) citado por Courtine (2014), para definir um *corpus* discursivo é necessário delimitar dentro do universo discursivo, ou seja, todos os discursos com potencial de análise, “um campo discursivo de referência, impondo aos materiais uma série sucessiva de restrições que o homogenizam” (COURTINE, 2014, p. 54). Nesse sentido, as CP funcionam como um filtro que garantem a homogeneidade dos *corpora*.

Segundo Courtine (2014), a categoria de condição de produção do discurso teria três origens direta ou indireta ao conceito, são elas a psicologia social, a sociolinguística e o trabalho de Z. Harris (1952). Harris trata da ‘situação’ do discurso, buscando aquilo que é extralinguístico para explicar a enunciação. Ele considera a caracterização psicossocial de uma situação de comunicação, portanto, é tido como o fundador espontâneo das CP do discurso, mesmo sem citar o termo.

Pêcheux (1997) desenvolve uma definição das CP no célebre trabalho *Análise Automática do Discurso*. Conforme o autor, os dizeres mudam de sentido a depender do lugar que os sujeitos ocupam. Esse lugar é definido pela estrutura da formação social, e que, portanto, a sociologia pode descrever.

O que o sujeito diz deve, pois, sempre ser referido às condições em que ele diz (...) mais a descrição prática de um sujeito como representante de um lugar no campo das práticas, pelo discurso científico da sociologia.” (PÊCHEUX, 1997, p. 150).

Desse modo, os sujeitos são marcados por esses lugares sociais e por suas relações de poder. Por exemplo, em uma interação na sala de aula, está implicado o lugar do professor e do aluno e as características que cada um deve assumir nessa enunciação. Não se trata dos lugares empíricos do mundo social, mas sim das representações simbólicas construídas a partir deles. Ao professor caberia os traços de autoridade, de quem está à frente, quem tem direito à fala etc., enquanto ao aluno caberia o lugar da escuta, da passividade, do silêncio, da atenção, de pedir permissão etc. A esse respeito, Orlandi (2015) elucida: “As condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário” (p. 38).

No trabalho de Courtine (2014), essa categoria é revisitada e redefinida pelo autor. Segundo ele, as condições estão relacionadas às formações discursivas, pois elas criam um efeito de que os dizeres são os primeiros e que são independentes de outros sentidos formulados, como se a formação discursiva fosse independente do interdiscurso. Para realização de tal efeito, é constituído um sujeito universal no interior da formação discursiva. Assim, o sujeito enunciador, no interior da formação discursiva, se identifica como um sujeito universal, que dissimula o sentido.

Quando o sujeito produz enunciados, ele inevitavelmente se filia a uma rede semântica. Porém, ele não pode controlar essa filiação ou seus sentidos, pois eles são da ordem da ideologia e do inconsciente. Desse modo, o sujeito discursivo estabelece uma relação entre a língua e a história através da experiência simbólica com o mundo. O trabalho do analista do discurso também está na identificação das entrelinhas do sentido, aquilo que é significado, mesmo que não seja dito. Para tanto, ele deve acessar, através do dispositivo teórico de análise, os mecanismos que controlam o sentido (ORLANDI, 2015).

Dessa forma, a categoria de condição de produção possibilita relacionar o sentido dos enunciados com as formações sociais e a historicidade que constitui os dizeres. De acordo com Pena (2021)

O sócio-histórico implica na constituição dos sentidos e dos sujeitos e, assim sendo, visto os objetivos da pesquisa em Análise do Discurso de investigar como os sentidos são produzidos, procuramos empreender um dispositivo teórico de análise que nos permita compreender como tais determinações estão inscritas nos dizeres e como são marcadas da materialidade linguística dos discursos. (PENA, 2021, p. 35)

Ao localizar os enunciados em determinados movimentos da historicidade, podemos melhor compreender como o discurso significa, ou seja, isso não acontece apenas em relação a uma atualidade e ao dito formulado. Os sentidos estão dados na relação com a memória discursiva e com o já-dito.

Quando tratamos de uma leitura crítica, o leitor precisa reconhecer a historicidade dos próprios sentidos que são construídos. Dessa forma, a categoria de condição de produção pode contribuir para a formação do leitor crítico, visto que possibilita problematizar o sentido construído, relacionando-os às condições sócio-históricas que determinam o discurso.

O sujeito discursivo: posicionamento e adesão

Na Análise do Discurso, o sujeito discursivo é entendido como uma instância discursiva que possibilita o discurso. Desse modo,

está implicada uma posição revelada pela enunciação. “O modo como o sujeito ocupa seu lugar, enquanto posição, não lhe é acessível, ele não tem acesso direto à exterioridade (interdiscurso) que o constitui” (ORLANDI, 2015, p. 47). Visto que não há discurso sem sujeito, essa categoria é crucial para compreendermos os processos de produção e recepção dos sentidos.

Maingueneau (2008) trabalha com a noção de posicionamento relacionando-a às identidades enunciativas que se delimitam em um discurso. Isso implica também no interdiscurso, pois “um discurso não é somente fonte de referência a outros discursos, mas integra as identidades advindas desses outros discursos (...)” (CANO, 2012, p. 58). Os posicionamentos garantem a manutenção das comunidades discursivas, pois possibilita que eles sejam reconhecidos enquanto uma identidade de tal grupo. Dessa forma, o discurso visa à adesão do co-enunciador a determinado posicionamento.

Pelo processo de adesão é que o co-enunciador assume traços idênticos ao posicionamento do enunciador, em maior ou menor escala. Dessa forma, é importante retomar: aderir não é concordar com um posicionamento, mas assumir um posicionamento no mundo, resultando de uma situação comunicativa. (CANO, 2012, p. 58)

A adesão se dá a partir da interação entre o sujeito (enunciador) e o leitor (co-enunciador). Essa interação é medida pelo discurso, atravessada pelo inconsciente, pela história e pela língua. A adesão acontece quando o leitor adere aos posicionamentos do enunciador, sendo este um processo do nível do inconsciente.

Assim, a criticidade da leitura está relacionada a problematização dos sentidos construídos pelo próprio leitor do texto, por isso, a aderência é uma questão crucial. O posicionamento que se constitui a partir do discurso é aquele que o leitor (co-enunciador) irá aderir a partir dos efeitos de sentidos que se constrói no texto. Tais categorias podem ser pensadas na formação do leitor crítico para problematizar a aderência.

A formação do leitor crítico e a Análise do Discurso

Neste tópico, tratamos de como podemos estabelecer essa relação entre AD e leitura. Primeiro, é preciso tomar a leitura como um processo de dar significado, de atribuir sentido a um texto. Dessa forma, conforme Orlandi (2007), a interpretação se apresenta como um imperativo para o sujeito, ele precisa atribuir sentido a todo instante. “Para os falantes, dar sentido significa “construir sítios de significância (delimitar domínios), é tornar possíveis gestos de interpretação” (ORLANDI, 2007, p. 64). Porém, esse movimento de interpretação é, de certo modo, neutralizado pela ideologia. Os sujeitos são embebidos pela ilusão de um ‘sentido lá’, que já está pronto e é único, inquestionável.

É comum nos depararmos com a pergunta ‘o que x quer dizer?’ nos livros didáticos e exercícios de interpretação textual. Tal pergunta parte da ilusão de que a língua é transparente e de que os sentidos serão sempre os mesmos. Por isso, o foco desse tipo de interpretação é no conteúdo do texto, pois acredita-se que o sentido está pronto lá. Orlandi (2007) chama isso de *conteudismo*, ou seja, uma preocupação maior com o conteúdo das palavras. Concorrendo com Orlandi, nosso posicionamento é que, “o centro não é

o conceito nem a definição e nem o texto, mas o sujeito que produz sentido para tudo isso.” (CANO, 2012b, p. 25).

De acordo com Cano (2012b), “a leitura não está no texto, mas na memória das pessoas. Então, não há como problematizar o texto, mas as leituras feitas a partir dele.” (p. 25). Assim, os sentidos são produzidos não a partir do texto em si, mas sim da leitura que os sujeitos fazem dele. Essa leitura depende do conhecimento de mundo prévio que está na memória, e que é marcada por valores, crenças e posicionamentos ideológicos. (CANO, 2012b)

A impressão do sentido único é na verdade um trabalho da ideologia. Conforme Orlandi (2007), a ideologia não se caracteriza pela falta ou pela ocultação do sentido, mas sim pelo excesso. Dessa forma, o sujeito é embebido pela noção de completude do sentido, o que garante a ocultação do processo de construção de sentido.

Uma concepção discursiva de ideologia estabelece que, como sujeito, estamos condenados a significar, a interpretação é sempre regida por condições de produção específica que, no entanto, aparecem como universais e eternas. Disso resulta a impressão do sentido único e eterno. (ORLANDI, 2007. p. 64)

Outro ponto crucial é a compreensão de que a língua não é transparente. O discurso aparece como uma mediação entre o pensamento, a linguagem e o mundo. A interpretação se dá na relação com a língua e o inconsciente, mediado pela língua. Ainda conforme a autora, interpretar, para o analista do discurso, “é compreender, ou seja, explicitar o modo como um objeto simbólico produz sentidos, o que resulta em saber que o sentido sempre pode ser outro” (ORLANDI, 2007, p. 64).

Para dar conta de compreender a constituição do sentido, Maingueneau (2010) lança mão da análise dos processos enunciativos. Para tanto, ele trabalha com várias categorias de análise que possibilitam observar como cada escolha linguística-discursiva constrói o sentido. Para o autor, o sentido é constantemente construído e reconstruído pelas práticas sociais, “essa construção de sentido é, certamente, obra de indivíduos, mas de indivíduos inseridos em configurações sociais diversas.” (MAINGUENEAU, 2010, p. 29). Dessa forma, desde os gêneros do discurso até as escolhas da cena de enunciação, todo discurso irá se construir a partir das suas condições sócio-históricas buscando a adesão de seu co-enunciador, ou seja, o leitor.

O trabalho que temos pela frente é mostrar como tais pressupostos podem ser aplicados no ensino da leitura. Não se trata, evidentemente, de transformar os alunos em analistas do discurso, nem de estudar as questões teóricas que nos são importantes como conteúdo escolar. A teoria serve de ponto norteador para a prática docente, a fim de que o docente tenha noção dos processos de construção de sentido para provocar uma leitura mais crítica em seus estudantes. A seguir, trazemos algumas possibilidades desse movimento de leitura questionando a constituição do sentido, os posicionamentos e as condições de produção.

Movimentos de Leitura Crítica: uma possibilidade

Para melhor evidenciar nossa proposta, tomaremos um discurso polêmico que, por isso, saliente os destaques que podemos fazer nos efeitos de sentido. A fim de problematizar e debater o encaminhamento pedagógico por meio de discursos polêmicos, pois é um discurso que necessita fomentar os posicionamentos. Assim,

analisaremos o posicionamento da Folha de S. Paulo com relação à democracia brasileira, em dois momentos distintos. A Folha de S. Paulo é um jornal que conta com 100 anos de história. A Folha acompanhou e noticiou acontecimentos importantes do último século no Brasil, e até mesmo, influenciou o posicionamento político, como mostra Cano (2012)

Desde essa época [1960], esse jornal tem sido testemunha e palco em que circularam informações sobre as grandes transformações sociais do Brasil, seja noticiando ou influenciando e, muitas vezes, tomando partido nas lutas políticas pelas quais o país passou. Foi assim, por exemplo, ao trazer um posicionamento próximo tanto aos militares durante a Ditadura Militar como daqueles que defendiam as Diretas Já, em 1985, época em que começa a construir uma imagem supostamente mais esquerdista, a fim de se contrapor com a imagem do Estado de São Paulo, seu principal concorrente. (CANO, 2012, p. 20)

A partir disso, marcamos as condições de produção do discurso da Folha de S. Paulo, que ocupa um lugar validado no jornalismo do Brasil. Analisaremos uma campanha realizada pela Folha em 2020 em prol da democracia. Essa campanha acontece em um momento de muita discussão a respeito da democracia e da ditadura, especialmente a partir da eleição do então presidente Jair Bolsonaro, em 2018. Bolsonaro, ainda durante a campanha, fez várias falas polêmicas, nas quais defendia a Ditadura Militar e minimizava seu impacto, chegando até mesmo a afirmar que o erro da ditadura foi torturar e não matar, que a ditadura nunca existiu, entre outras declarações⁵². As declarações de Bolsonaro ganharam

52 10 vezes em que o clã Bolsonaro flertou com a ditadura militar. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/10/31/10-vezes-em-que-o-cla-bolsonaro-flertou-com-a-ditadura-militar.htm>>. Acesso em: 13 abr. 2021.

força, organizando até mesmo grupos que pedem pela intervenção militar em passeatas⁵³.

Neste contexto, a ditadura militar tornou-se um assunto recorrente na mídia jornalística. Enquanto há campanhas a favor da intervenção militar, outros grupos se organizam para conscientizar a população do que foi a ditadura militar. Assim, a Folha de S. Paulo lançou a campanha “Use Amarelo Pela Democracia” em setembro de 2020. O enunciado abaixo foi recortado de um vídeo que faz parte dessa campanha.

Recorte 1

A atual democracia brasileira tem 35 anos. Mais da metade dos eleitores têm menos de 40 anos. E a Folha vai fazer 100 anos. Por isso, nós vimos, e nunca esqueceremos, os horrores da ditadura. E sempre defenderemos a democracia. Folha de S.Paulo #UseAmarelo pela Democracia⁵⁴.

Nesse recorte, nota-se que a posição que o jornal ocupa se contrapõe à possibilidade de uma sociedade ditatorial sem, no entanto, dizer qual outro grupo defende esse posicionamento. Essa contraposição é possível pelo processo de negação que se instaura

53 Bolsonaristas pedem intervenção militar. Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2021/03/bolsonaristas-pedem-intervencao-militar-em-manifestacao-nesta-sexta.html>>. Acesso em: 13 abr. 2021.

54 Campanha Folha de S. Paulo. Use amarelo pela democracia. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=N9xdSq9HZZs>>. Acesso em 17 nov. 2020.

no enunciado e que nega algo que foi afirmado, defendido. Recorrendo ao contexto social, sabemos que a Folha está se posicionando de forma contrária aos defensores de uma possível intervenção militar, pois recupera, na memória discursiva, a ditadura militar que dominou o Brasil entre 1964 e 1985. Para além disso, a Folha emerge como uma entidade madura para além do tempo da nossa democracia, 35 anos e, para além do tempo da metade dos eleitores, 40 anos, configurando-se, portanto, como mais amadurecida para dizer o que é ou não é uma ditadura para esse mesmo grupo e para o Brasil. Ainda, ao dizer do seu próprio tempo, 100 anos, recupera um tempo testemunhal dos horrores da ditadura, terríveis a ponto da testemunha nunca os esquecer. Por ser testemunha, ocupa também um lugar de fora do grupo dos que defendiam a ditadura, condenando-os.

Esses possíveis efeitos de sentido não repousam na consciência, mas sim na dimensão sutil do interdiscurso que constituem o posicionamento. Tal posicionamento é aquele ao qual o leitor é chamado para aderir, como se pudesse dizer “Você, leitor, fica do nosso lado contra aqueles que defendem os horrores da ditadura?”. O sujeito adere, portanto, ao posicionamento que revela um modo de se inserir nas práticas discursivas. Como mostra o organograma a seguir:

Figura 1: Organograma da adesão

Dos autores (2021)

O sujeito leitor (co-enunciador) irá interagir por meio do discurso com o posicionamento do sujeito produtor (enunciador). Nesse caso, como vimos, o leitor adere ao posicionamento da liberdade, que se opõe aos regimes autoritários. Com essa adesão, a Folha de S. Paulo constrói uma imagem positiva de si, afirmando seu engajamento nas causas políticas. Porém, o leitor crítico é aquele capaz de refletir sobre a leitura produzida, considerando os fatores sócio-históricos. Podemos problematizar esse sentido produzido, analisando como a Folha de S. Paulo se posicionou em outros momentos com relação à ditadura. Por exemplo, em 1985, a Folha de S. Paulo trazia o posicionamento dos militares e também das pessoas que defendiam as Diretas Já (CANO, 2012). Observa-se então que esse posicionamento é marcado pela contradição, como veremos melhor com o discurso a seguir.

Para melhor compreender o posicionamento da Folha de S. Paulo, recorreremos a outro recorte. O editorial intitulado ‘Limites a Chavez’, publicado em 2009. Visto a relevância da Folha de S. Paulo, o jornal reserva um espaço para publicar editoriais que discorrem sobre assuntos polêmicos e recorrentes na mídia. Nesse caso, o editorial faz parte do contexto das eleições da Venezuela, quando Hugo Chávez foi reeleito em 2009. O tema já tinha sido discutido em editoriais anteriores da Folha de S. Paulo, e foi construído gradativamente como uma ditadura promovida por Chávez. Assim, o jornal utiliza uma comparação com as antigas ditaduras militares da América Latina e a ditadura de Chavez. Em determinado parágrafo, é criado um neologismo para tratar da ditadura brasileira, uma ‘ditabranda’.

Recorte 2

Mas, se as chamadas “ditabrandas” -caso do Brasil entre 1964 e 1985- partiam de uma ruptura institucional e depois preservavam ou instituíaam formas controladas de disputa política e acesso à Justiça-, o novo autoritarismo latino-americano, inaugurado por Alberto Fujimori no Peru, faz o caminho inverso. O líder eleito mina as instituições e os controles democráticos por dentro, paulatinamente⁵⁵.

Nesse recorte, a ditadura militar do Brasil é considerada uma ‘ditabranda’, pois supostamente preservou a disputa política e o

55 Folha de S. Paulo. O Limite de Chávez. São Paulo: 2009. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1702200901.htm>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

acesso à Justiça. Assim, podemos entender que essa ditadura era mais 'leve', pois era muito similar a uma democracia, visto que a Justiça e política continuam funcionando, porém, de forma um pouco mais controlada. Na época, o termo 'ditabranda' causou revolta em muitos leitores, pois minimiza a violência da ditadura brasileira e os horrores que a própria Folha diz ter presenciado na atual campanha. Os leitores enviaram cartas que foram publicadas na seção Painel do Leitor, repudiando o termo e o posicionamento assumido pela Folha de S. Paulo⁵⁶.

Do discurso emerge um posicionamento a respeito da ditadura que evidencia o apagamento da sua violência, apesar dos inúmeros relatos e registros das torturas e abusos e crimes cometidos pelas autoridades. Além disso, tal posicionamento relativiza a democracia, pois considera que há níveis diferentes de autoritarismo e que alguns deles, como a ditabranda, são válidos.

Na comparação dos dois recortes, observamos a contradição entre os posicionamentos da Folha. O organograma abaixo mostra como se dá essa contradição no posicionamento.

56 A repercussão desse caso é analisada no trabalho de Cano (2012, p. 139-145).

Figura 2 – Organograma das condições de produção



Dos autores (2021)

Considerando a análise da campanha da Folha de S. Paulo, observa-se que a história, ou seja, os posicionamentos anteriormente assumidos pelo jornal em relação à ditadura militar, como o caso da ditabranda, estão no eixo vertical. Temos um posicionamento que se utiliza de uma estratégia de argumentação momentânea, na qual a Folha defende a democracia, que promove um esquecimento da historicidade do discurso, pois rompe com os posicionamentos anteriormente assumidos. Desse discurso, emerge um sujeito defensor da democracia. Porém, esse sujeito é marcado pela contradição no interior de seu próprio discurso. Dessa forma, quando a leitura abrange apenas as condições sociais da atualidade, o leitor não consegue recuperar outros posicionamentos e assim, fazer uma leitura crítica.

O sujeito que emerge é marcado por esse posicionamento do jornal, que é dado pelo campo midiático e é definido por ques-

tões políticas, sociais e econômicas. Portanto, o sujeito adere ao posicionamento da Folha sem perceber que está aderindo também às contradições históricas. Assim, uma leitura que não considera as condições sócio-históricas não pode ser completamente crítica, pois não problematiza e expõe as contradições do discurso. Vale salientar que propomos essa discussão relacionada a formação de leitores críticos, pois na leitura cotidiana, seja de especialistas ou não, dada as condições imediatas do discurso jornalístico e de sua efemeridade constitutiva, a crítica não é algo presente ou comum nessas leituras. Em função disso, não é fácil retomar as condições sócio-históricas, especialmente em função do fluxo de informações (ou desinformações) e do tempo cronológico específico. Assim, faz-se necessário o exercício e a experiências da prática da leitura crítica, como proposto em nosso trabalho, no ensino de língua portuguesa.

Considerações finais

Nosso objetivo foi explorar neste trabalho as contribuições da Análise do Discurso para a formação do leitor crítico. Destacamos a categoria de condições de produção e sujeito discursivo para pensar na constituição do sentido. Além disso, mostramos conceitos importantes, como a não transparência da língua, adesão e o trabalho da ideologia na interpretação.

Realizamos um movimento de leitura para explicitar a importância da historicidade para a leitura crítica. Quando analisamos apenas o enunciado do recorte 1, é produzido um efeito de sentido que leva o leitor à aderência do posicionamento da Folha de S. Paulo. Porém, quando recuperamos as questões sócio-históricas, observamos que o sujeito é marcado pela contradição. Em outras

condições de produção, o mesmo jornal, Folha de S. Paulo, defendeu a ditadura brasileira e até criou o neologismo 'ditabranda'. Anos depois, o próprio Presidente da República encabeça um movimento de defesa da intervenção militar, reforçando a ditadura como um capítulo positivo na história brasileira. Nesse novo contexto, a Folha de S. Paulo parte em defesa da democracia, reivindicando sua autoridade por ter 'passado' pela ditadura, e afirmando que não se esquecerá dos horrores da ditadura.

Assim, a problematização por meio da história e da historicidade é essencial para o leitor crítico. Nesse caso, é importante que o leitor perceba a contradição que marca o posicionamento da Folha para compreender como ele está aderindo a esse discurso, de um lado, a história da Folha, de outro, a historicidade que a Folha reivindica para si. Além disso, o leitor irá refletir sobre a constituição da Folha de S. Paulo como sujeito discursivo, como uma voz validada que não só notícia, mas também age sobre os acontecimentos de forma ativa, visando manter sua imagem positiva.

Portanto, o movimento do leitor crítico é questionar o discurso. O docente só é capaz de promover tais deslocamentos se ouvir as leituras de seus alunos, inicialmente compreendendo como ele construiu os sentidos, para então, trazer questionamentos mais profundos que explicitem as contradições sócio-históricas dos textos. Além disso, o docente precisa ser bem formado e fazer uso de uma série de conhecimentos de nível multidisciplinar para ser capaz de questionar os sentidos construídos no texto. Destaca-se que especialmente o conhecimento da história e a problematização da historicidade se mostra imprescindível para compreender os sentidos produzidos pelos discursos.

Os conceitos e as categorias advindos da Análise do Discurso auxiliam a formação da/do professora/professor, para que ela/ele

mesmo (a) se torne um leitor crítico. Assim, conseqüentemente, eles terão embasamento e conhecimento para ajudar os alunos a questionar e problematizar suas próprias leituras. A criticidade da leitura é um processo de tomada de consciência dos sentidos construídos pelo próprio sujeito leitor, e, portanto, a historicidade é essencial para a compreensão do sujeito que emerge e dos sentidos produzidos.

Referências

- CANO, M. R. O. **A manifestação dos estados de violência no discurso jornalístico**. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012a.
- _____. **Práticas Pedagógicas Inclusivas**. São Paulo: Instituto Paulo Freira, 2012b.
- _____. **O ethos discursivo e o ensino de leitura na escola**. In: NASCIMENTO, J.V. Espaços da textualidade e da discursividade no ensino de Língua Portuguesa. São Paulo: Terracota, 2013.
- _____. (Org). **A Reflexão e a Prática no ensino: Língua Portuguesa**. São Paulo: Blucher, 2016.
- _____.; NEVES, J. C. P. **A representação da pornografia no discurso jornalístico**. IN: NASCIMENTO, J. V.; FERREIRA, A. Discurso e cultura. São Paulo: Blucher, 2018. p. 130-157.
- COURTINE, J. J. **Análise do discurso político: discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Paulo: EdUFSCar, 2014.
- MAINGUENEAU, D. **Discurso e Análise do Discurso**. Tradução

de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

SWAIN, T. N. Por falar em Liberdade... In: **Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas** [livro eletrônico] / organizadoras Cristina Stevens, Susane Rodrigues de Oliveira e Valeska Zanello. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014.

SILVA, L. G. E.; CANO, M. R. O. **Sensacionalismo e violência no discurso jornalístico**: o caso do Super Notícia. **Leitura**, n. 68, jan./abr. p. 83-94.

PENA, L. N. **As condições de produção dos discursos das feminilidades**: sujeitos e sentidos encenados. 2021. 102 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2021.

ORLANDI, E. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes Editores, 2015.

_____. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas, Pontes Editores, 2007. Disponível em: < https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1494544/mod_resource/content/1/Interpreta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Eni%20P.%20Orlandi_livro_completo.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2020.